

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.690 - SP (2019/0230517-2)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : JOAO CAMILO DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADO : EDUARDO ARRAES BRANCO AVELINO - SP283187**  
**AGRAVADO : BRADESCO SAUDE S/A**  
**ADVOGADO : PAULO HENRIQUE KURASHIMA - SP305617**

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interno interposto por JOÃO CAMILO DA SILVA JÚNIOR contra a decisão de fls. 329-333, desta relatoria, que conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial, interposto por BRADESCO SAÚDE S/A, a fim de julgar improcedente o pedido formulado na inicial.

Irresignado, o ora agravante pugna pela reforma da monocrática, argumentando, em resumo, que há entendimento dissonante dentro da Segunda Seção do STJ.

A parte agravada ofertou impugnação (e-STJ fls. 353-364).

É o relatório. Decido.

2. Em face das razões apresentadas no agravo interno, reconsidero a decisão de fls. 329-333.

Reexaminando-se, no entanto, as razões recursais, verifica-se que a questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REsp 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitado o Tema 1.034, nos termos da seguinte ementa:

*PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.*

*1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.*

*2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.*

*(ProAfR no REsp 1829862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)*

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumpra destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 329-333 e **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i)* **negue-se seguimento** ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii)* **proceda-se a novo exame** da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator